

Tribunal de Contas da União

CARGO

1

Auditor Federal de Controle Externo

Área: Controle Externo

Especialidade: Controle Externo

Orientação: Auditoria de Obras Públicas

Prova Objetiva P_1 e Prova Discursiva P_3

TARDE

Nível Superior

- 1 Confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima e o seu nome no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva P_1 , e a prova discursiva P_3 , acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A chave para a criatividade é fazer conexões inusitadas.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

PROVA OBJETIVA P₁ — CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Um governo, ou uma sociedade, nos tempos
modernos, está vinculado a um pressuposto que se apresenta
como novo em face da Idade Antiga e Média, a saber: a
4 própria ideia de democracia. Para ser democrático, deve
contar, a partir das relações de poder estendidas a todos os
indivíduos, com um espaço político demarcado por regras
7 e procedimentos claros, que, efetivamente, assegurem o
atendimento às demandas públicas da maior parte da
população, elegidas pela própria sociedade, através de suas
10 formas de participação/representação.

Para que isso ocorra, contudo, impõe-se a existência
e a eficácia de instrumentos de reflexão e o debate público
13 das questões sociais vinculadas à gestão de interesses
coletivos — e, muitas vezes, conflitantes, como os direitos
liberais de liberdade, de opinião, de reunião, de associação
16 etc. —, tendo como pressupostos informativos um núcleo de
direitos invioláveis, conquistados, principalmente, desde
o início da Idade Moderna, e ampliados pelo
19 Constitucionalismo Social do século XX até os dias de hoje.
Fala-se, por certo, dos Direitos Humanos e Fundamentais de
todas as gerações ou ciclos possíveis.

Rogério Gesta Leal. *Poder político, estado e sociedade*.
Internet: <www.mundojuridico.adv.br> (com adaptações).

No que se refere à organização das ideias e a aspectos gramaticais
do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 1 Na organização da argumentação, o segundo parágrafo do texto estabelece a condição de o debate e a reflexão sobre os direitos humanos vinculados aos interesses coletivos estarem na base da ideia de democracia.
- 2 Na linha 3, seriam preservadas as relações semânticas do texto, a coerência da argumentação e a correção gramatical, caso fossem retiradas a expressão “a saber” e a vírgula que a precede.
- 3 O desenvolvimento das ideias demonstra que, na linha 4, a flexão de singular em “deve” estabelece relações de coesão e de concordância gramatical com o termo “democracia”.
- 4 O pronome “isso” (l.11) exerce, na organização dos argumentos do texto, a função coesiva de retomar e resumir o fato de que as “demandas públicas da maior parte da população” (l.8-9) são escolhidas por meio de “formas de participação/representação” (l.10).
- 5 No desenvolvimento do texto, a conquista dos “direitos invioláveis” (l.17) está associada a um processo gradativo e contínuo, como evidencia o emprego das preposições “desde” (l.17) e “até” (l.19).

1 O exercício do poder ocorre mediante múltiplas
dinâmicas, formadas por condutas de autoridade, de domínio,
de comando, de liderança, de vigilância e de controle de uma
4 pessoa sobre outra, que se comporta com dependência,
subordinação, resistência ou rebeldia. Tais dinâmicas não se
reportam apenas ao caráter negativo do poder, de opressão,
7 punição ou repressão, mas também ao seu caráter positivo,
de disciplinar, controlar, adestrar, aprimorar. O poder em si
não existe, não é um objeto natural. O que há são relações de
10 poder heterogêneas e em constante transformação. O poder
é, portanto, uma prática social constituída historicamente.

Na rede social, as dinâmicas de poder não têm
13 barreiras ou fronteiras: nós as vivemos a todo momento.
Conseqüentemente, podemos ser comandados, submetidos
ou programados em um vínculo, ou podemos comandá-lo
16 para a realização de sua tarefa, e, assim, vivermos um novo
papal social, que nos faz complementar, passivamente ou
não, as regras políticas da situação em que nos encontramos.

Maria da Penha Nery. *Vínculo e afetividade: caminhos das relações humanas*. São Paulo: Ágora, 2003, p. 108-9 (com adaptações).

A partir das estruturas linguísticas que organizam o texto acima, julgue os itens a seguir.

- 6 É correto concluir, a partir da argumentação do texto, que o poder é dinâmico e que há múltiplas formas de sua realização, com faces heterogêneas, positivas ou negativas; além disso, ele afeta todos que vivem em sociedade, tanto os que a ele se submetem, quanto os que a ele resistem.
- 7 A preposição “mediante” (l.1) estabelece relação de movimento entre “exercício do poder” (l.1) e “múltiplas dinâmicas” (l.1-2).
- 8 Nas relações de coesão que se estabelecem no texto, o pronome “que” (l.4) retoma a expressão “exercício do poder” (l.1).
- 9 O uso da preposição em “ao caráter” (l.6) deve-se às exigências sintáticas do verbo **reportar**, na acepção usada no texto.
- 10 De acordo com a argumentação do texto, o poder “não é um objeto natural” (l.9) porque é criado artificialmente nas relações de opressão social.
- 11 Respeitam-se as relações de coerência e coesão gramatical do texto se a forma verbal “há” (l.9) for substituída por **existe**.
- 12 Na organização da textualidade, é coerente subentender-se a noção de possibilidade, antes da forma verbal “vivermos” (l.16), inserindo-se **podermos**.

1 O termo *groupthinking* foi cunhado, na década de
cinquenta, pelo sociólogo William H. Whyte, para explicar
como grupos se tornavam reféns de sua própria coesão,
4 tomando decisões temerárias e causando grandes fracassos.
Os manuais de gestão definem *groupthinking* como um
processo mental coletivo que ocorre quando os grupos são
7 uniformes, seus indivíduos pensam da mesma forma e o
desejo de coesão supera a motivação para avaliar alternativas
diferentes das usuais. Os sintomas são conhecidos: uma
10 ilusão de invulnerabilidade, que gera otimismo e pode levar
a riscos; um esforço coletivo para neutralizar visões
contrárias às teses dominantes; uma crença absoluta na
13 moralidade das ações dos membros do grupo; e uma visão
distorcida dos inimigos, comumente vistos como iludidos,
fracos ou simplesmente estúpidos.

16 Tão antigas como o conceito são as receitas para
contrapor a patologia: primeiro, é preciso estimular o
pensamento crítico e as visões alternativas à visão
19 dominante; segundo, é necessário adotar sistemas
transparentes de governança e procedimentos de auditoria;
terceiro, é desejável renovar constantemente o grupo, de
22 forma a oxigenar as discussões e o processo de tomada de
decisão.

Thomaz Wood Jr. *O perigo do groupthinking*. In: *Carta
Capital*, 13/5/2009, p. 51 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens com base na organização do texto
acima.

- 13 A sequência narrativa inicial, relatando a origem do termo
“*groupthinking*” (ℓ.1), não caracteriza o texto como
narrativo, pois integra a organização do texto
predominantemente argumentativo.
- 14 Por estar empregada como uma forma de voz passiva, a
locução verbal “foi cunhado” (ℓ.1) corresponde a **cunhou-se**
e por esta forma pode ser substituída, sem prejuízo para a
coerência ou para a correção gramatical do texto.
- 15 No desenvolvimento da argumentação, o valor semântico das
orações iniciadas por “tomando” e “causando”, ambas na
linha 4, permite interpretá-las como causa para a
conceituação de Whyte; por isso correspondem a **porque**
tomavam decisões temerárias e causavam grandes
fracassos.
- 16 Apesar de a definição de “*groupthinking*” (ℓ.5-9) sugerir
neutralidade do autor a respeito desse processo, o uso
metafórico de palavras da área de saúde, como “sintomas”
(ℓ.9), “receitas” (ℓ.16) e “patologia” (ℓ.17), orienta a
argumentação para o valor negativo e indesejável de
groupthinking.
- 17 Na linha 6, preservam-se a correção gramatical e a coerência
textual ao se inserir uma vírgula imediatamente após o
vocábulo “coletivo”, mesmo que, com isso, as informações
possam ser tomadas como uma explicação — e não como
uma caracterização — da expressão “processo mental
coletivo”.
- 18 Nas linhas 11, 12 e 13, o uso do sinal de ponto e vírgula,
para separar termos de enumeração, preserva a hierarquia de
informações, já que há necessidade de emprego de vírgula na
estruturação sintática de alguns desses termos.

1 As leis elaboradas pelo Poder Legislativo
constituem um dos mais importantes instrumentos para a
proteção dos direitos naturais. Afinal, elas são as
4 responsáveis pela construção da liberdade individual no
Estado de sociedade. Ao compor a liberdade dos indivíduos
em sociedade, elas também limitam o poder governamental.
7 A participação popular e o controle popular do poder
guardam a ideia de que o exercício da política é coletivo e
racional, com vistas à conquista de algum bem. A política
10 é exercida sempre que as pessoas agem em conjunto.
A política é uma ação plural. O voto, nas eleições, é modo de
expressão do consentimento dos cidadãos, para que o poder
13 seja exercido em seu nome, para que as leis sejam elaboradas
e executadas de modo legítimo. A expressão do
consentimento periódico por meio do voto, em qualquer dos
16 níveis de governo, é essencial para que o Estado
constitucional perdure e seja sempre capaz de proteger os
direitos inerentes às pessoas.

Daniela Romanelli da Silva. *Poder, constituição e voto*. In: *Filosofia, Ciência
& Vida*. São Paulo: Escala, ano III, n.º 27, p. 42-3 (com adaptações).

No que concerne à organização dos sentidos e das estruturas
linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 19 Na argumentação do texto, a opção pela estrutura verbal
“guardam a ideia” (ℓ.8) cria o pressuposto de ser falsa a
afirmação de que “o exercício da política é coletivo e
racional” (ℓ.8-9).
- 20 Na linha 8, a preposição “de”, que foi usada antes de um
pronomes relativo, é obrigatória, visto que atende à regência
do verbo **guardar**.
- 21 O desenvolvimento da argumentação permite que se insira o
conectivo **Logo**, seguido de vírgula, imediatamente antes de
“A política” (ℓ.9), escrevendo-se o artigo com letra
minúscula, sem prejuízo para a coerência e a correção
gramatical do texto.
- 22 O uso do modo subjuntivo em “perdure” (ℓ.17) e
“seja” (ℓ.17), em orações sintaticamente independentes,
deve-se ao valor semântico do subjuntivo para expressar a
ideia de desejo ou vontade, que, no caso, aplica-se à função
do “Estado” (ℓ.16).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X

Edital n.º 1–TJX, de 14 de janeiro de 2001

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO

1 O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO X torna pública a
autorização do Presidente do TJX para a realização de
Concurso Público para Provimento de 200 cargos de Analista
Judiciário criados pela Lei n.º 10.000, de 10 de dezembro de
2000, e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias.

2 O Edital de Abertura de inscrição deverá ser publicado em
Abril de 2001 e disporá sobre as normas de realização do
concurso.

Joaquim José da Silva Xavier
Presidente do concurso

A partir do texto hipotético acima, julgue os itens de 23 a 25.

23 O uso das letras iniciais maiúsculas no corpo do documento respeita as normas de elaboração de documentos oficiais ao seguir as regras gramaticais do padrão culto da língua portuguesa, escrevendo com iniciais maiúsculas os nomes tratados como únicos e singulares.

24 Apesar de nomear o emissor do texto pelo nome próprio, o documento não fere o princípio da impessoalidade exigido nos documentos oficiais.

25 Trechos com informações vagas, como “e de outros decorrentes de aposentadorias e vacâncias”, e com uso de tempo verbal de futuro, como “deverá ser publicado” e “disporá sobre”, provocam falta de clareza e concisão, características estas que devem ser respeitadas nos documentos oficiais.

Com referência às competências do Tribunal de Contas da União (TCU) e em conformidade com as regras constitucionais relativas ao controle externo, julgue os itens que se seguem.

26 Se a União contratar um banco internacional para que este tome um empréstimo, em nome da União, perante a Comunidade Europeia, tal banco estará submetido ao dever de prestar contas à União pelo empréstimo tomado, caso venha a concretizar a operação.

27 No exame das contas prestadas anualmente pelo presidente da República, o TCU, ao verificar irregularidades graves, poderá impor sanções ao chefe do Poder Executivo, sem prejuízo da apreciação dessas mesmas contas pelo Congresso Nacional.

28 O cidadão que, em meio a uma manifestação pública, for identificado como o responsável pela destruição de um veículo de uma universidade pública constituída na forma de fundação, estará sujeito a julgamento pelo TCU, em razão do ato que praticou.

29 Se o governo brasileiro decidir que a PETROBRAS formará com a Bolívia uma empresa binacional de exploração de petróleo, caberá ao TCU fiscalizar as contas nacionais dessa nova empresa.

Supondo que o TCU tenha detectado que certa aposentadoria concedida por um hospital federal não atendia às exigências legais, julgue os itens a seguir.

30 Na situação descrita, o tribunal deve, inicialmente, definir um prazo para que o hospital suste o ato de aposentadoria.

31 Caso o hospital insista em não atender ao que for determinado pelo TCU, este deverá solicitar, de imediato, ao Congresso Nacional que decida sobre a matéria.

32 Caso o TCU leve a matéria à decisão do Congresso Nacional, e este não se manifeste em 90 dias, caberá a esse tribunal decidir a respeito.

A respeito da Lei Orgânica do TCU, julgue os itens subsequentes.

33 Se a União, em razão da presente crise financeira, decidir adquirir temporariamente o controle acionário de um banco que se encontre em dificuldades de liquidez, com vistas a sanear-lo e vendê-lo em dois meses, durante este período, os dirigentes deste banco estarão sujeitos à jurisdição do TCU.

34 Se determinado órgão público receber ingresso financeiro na forma de depósitos, portanto, sem previsão na lei orçamentária, tais recursos não precisarão ser incluídos nas tomadas ou prestações de contas.

Julgue os próximos itens com base nas normas da Lei Orgânica do TCU relativas às decisões em processos de tomada ou prestação de contas.

35 Se o relator de um processo decidir determinar a audiência de um dos responsáveis listados no mesmo processo, tal determinação se classificará como preliminar.

36 Se o TCU, ao examinar um processo de tomada de contas, julgar as contas como regulares, tal decisão será classificada como terminativa.

De acordo com o Regimento Interno do TCU, julgue os itens seguintes.

37 Se um ministro fizer parte de determinada câmara por dois anos, nos dois anos seguintes ele será automaticamente designado para outra câmara.

38 Se um órgão fizer um concurso público para admissão de 500 novos servidores, o processo de exame dos respectivos atos de admissão deverá ser deliberado pelo Plenário do TCU.

39 Para se disciplinar atribuições especiais de uma nova secretaria que seja criada no TCU, deverá ser editada uma resolução.

40 Um ministro relator tem prerrogativa de submeter ao Plenário uma relação de processos de tomadas de contas que tenham proposta de acolhimento de pareceres convergentes pela regularidade com ressalva, exarados pelo titular da unidade técnica e pelo representante do Ministério Público.

Acerca da organização administrativa da União, julgue os itens seguintes.

41 Em regra, os órgãos, por não terem personalidade jurídica, não têm capacidade processual, salvo nas hipóteses em que os órgãos são titulares de direitos subjetivos, o que lhes confere capacidade processual para a defesa de suas prerrogativas e competências.

42 As entidades do Sistema S (SESI, SESC, SENAI etc.), conforme entendimento do TCU, não se submetem aos estritos termos da Lei n.º 8.666/1993, mas sim a regulamentos próprios.

43 Os dirigentes das sociedades de economia mista, sejam eles empregados ou não da referida empresa, são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

No que concerne aos atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 44** Uma autoridade poderá, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros titulares de órgãos, desde que esses lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, unicamente em razão de circunstâncias técnicas, sociais e econômicas.
- 45** Caso o TCU identifique que uma aposentadoria por ele já registrada tenha sido concedida de forma ilegal, sem que se caracterize má-fé do aposentado, a referida corte poderá anular esse ato, a qualquer tempo.

Acerca das licitações, julgue os itens que se seguem.

- 46** Segundo entendimento do TCU, é pressuposto para dispensa de licitação o fato de a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se ter originado, total ou parcialmente, de falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, de ela não poder, em alguma medida, ser atribuída a culpa ou dolo do agente público que deveria agir para prevenir a ocorrência de tal situação.
- 47** Caso a União, visando recuperar recursos públicos federais desviados por uma quadrilha composta por diversos servidores públicos, pretenda contratar um escritório de advocacia localizado nos Estados Unidos da América, com notória especialidade nesse tipo de ação, tal contrato poderá ser firmado com inexigibilidade de licitação.

Com relação aos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes.

- 48** Aplica-se aos contratos administrativos a *exceptio non adimpleti contractus*, na hipótese de atraso injustificado, superior a 90 dias, dos pagamentos devidos pela administração pública.
- 49** É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas as que tenham até determinado valor previsto em lei, feitas em regime de adiantamento.
- 50** Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso uma autoridade municipal competente declare inidônea determinada empresa, essa declaração de inidoneidade será vinculante para se rescindirem os contratos já firmados com outros entes federativos ou pessoas jurídicas de direito público.
- 51** É permitida a alteração unilateral dos contratos administrativos para o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando-se área econômica extraordinária e extracontratual.
- 52** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, regularmente comprovada, seja impeditiva da execução do contrato autoriza a rescisão do contrato, por parte da administração, por ato unilateral e escrito.

Acerca dos contratos administrativos, julgue os itens seguintes.

- 53** No âmbito do processo administrativo, não pode o administrador deixar de aplicar lei já em vigor, sob o argumento da existência de mudança de entendimento acerca da sua interpretação e aplicação. Nesse caso, a nova interpretação deve ser aplicada aos casos já analisados, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade.
- 54** O regime jurídico-administrativo fundamenta-se, conforme entende a doutrina, nos princípios da supremacia do interesse público sobre o privado e na indisponibilidade do interesse público.

A respeito da administração pública, julgue os próximos itens.

- 55** Considere que Pedro, servidor público estadual aposentado desde 1997, receba, já que preenchidos os requisitos legais, R\$ 8.000,00 de proventos pelo cargo efetivo de médico e R\$ 3.000,00 de proventos pelo cargo efetivo de professor. Considere, ainda, que, desde janeiro de 2009, Pedro tenha passado a ocupar cargo em comissão no âmbito federal, com remuneração de R\$ 8.000,00. Nessa situação hipotética, não há acumulação ilegal de cargos.
- 56** A criação de fundações públicas, pessoas jurídicas de direito público ou privado, deve ser autorizada por lei específica, sendo a criação efetiva dessas entidades feita na forma da lei civil, com o registro dos seus atos constitutivos, diferentemente do que ocorre com as autarquias.
- 57** Se uma lei federal instituir e disciplinar, para os servidores públicos de determinado órgão, autarquia ou fundação pública federal, que não são remunerados por subsídio, prêmio de produtividade a ser custeado com recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes, a referida lei não será materialmente inconstitucional.
- 58** Os princípios constitucionais, assim como as regras, são dotados de força normativa. Com base nesse entendimento doutrinário, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido que o princípio da moralidade, por exemplo, carece de lei formal que regule sua aplicação, não podendo a administração disciplinar, por meio de atos infralegais, os casos em que reste violado esse princípio, sob pena de desrespeito ao princípio da legalidade.

No que se refere às finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 59** Compete a lei complementar dispor sobre finanças públicas e sobre os limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados, do Distrito Federal (DF) e dos municípios.
- 60** Em que pese o princípio da não vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesas, a Constituição Federal de 1988 (CF) não veda tal vinculação na prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

No que concerne à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os próximos itens.

- 61** Caso uma empresa pública seja constituída com 51% de capital do DF e com 49% de capital da União, conforme entendimento do STF, caberá ao TCU, de forma concorrente com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, fiscalizar a referida empresa.
- 62** O STF entende que a atividade de fiscalização do TCU não confere a essa corte poderes para eventual quebra de sigilo bancário dos dados constantes do Banco Central do Brasil.
- 63** Cabe a uma comissão mista permanente de senadores e deputados o exercício do acompanhamento e da fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso Nacional e de suas casas.

Quanto à organização do Estado brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 64** No âmbito da organização federativa do Brasil, a competência material residual é sempre de competência dos estados.
- 65** No âmbito do federalismo cooperativo, os entes federados devem atuar de forma conjunta na prestação de serviços públicos. Para esse fim, a CF prevê os consórcios públicos e os convênios, inclusive autorizando a gestão associada desses serviços, com a transferência de encargos, serviços e até mesmo de pessoal e bens.
- 66** Caso o estado do Amazonas conceda título de propriedade de uma pequena área localizada em terras devolutas dentro da zona de fronteira com a Colômbia, o referido título será nulo, visto que essa área pertence à União.
- 67** Caso determinado estado da Federação suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, não havendo qualquer justificativa de força maior, a intervenção da União no estado, conforme entendimento do STF, não será vinculada, havendo espaço para análise de conveniência e oportunidade pelo presidente da República.
- 68** É inconstitucional preceito legal municipal que inclua nova disciplina escolar nos currículos de ensinos fundamental e médio da rede pública do município.
- 69** Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais, cabendo à lei dispor acerca dos incentivos regionais que compreenderão, por exemplo, isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas.
- 70** Conforme recente entendimento do STJ, o prazo do estágio probatório dos servidores públicos é de 24 meses, visto que tal prazo não foi alterado pela Emenda Constitucional n.º 19/1998, que trata apenas da estabilidade dos referidos servidores.

Com relação aos orçamentos públicos e às suas características no Brasil, julgue os itens a seguir.

- 71** Em épocas de estagnação e recessão econômica, as concepções keynesianas têm dado suporte à flexibilização na aplicação do princípio do equilíbrio orçamentário, defendendo, inclusive, um maior endividamento público, possibilitando uma utilização intensiva de recursos ociosos esterilizados por agentes econômicos privados.
- 72** O processo orçamentário inicia-se com a fixação das metas de resultado fiscal. Nesse sentido, a redução da relação entre dívida/PIB depende, entre outros fatores, do superávit primário. Uma das formas de alcançar esse objetivo é rolar a maior parcela possível dos juros, capitalizando-os, de modo que tais encargos não precisem ser pagos a curto prazo.
- 73** A partir da CF, os chamados gastos tributários se incorporaram à Lei Orçamentária Anual. Para atender a essa exigência, o valor de cada renúncia fiscal passou a ser demonstrado como dedução da receita correspondente, em coerência com o princípio do orçamento líquido.
- 74** Na hipótese de o presidente da República vetar projeto introduzido na proposta orçamentária por iniciativa parlamentar, ou no caso da aprovação, pelo Congresso Nacional, de emenda supressiva cancelando projeto constante da proposta encaminhada pelo Poder Executivo, os recursos correspondentes serão automaticamente destinados à suplementação de dotações originariamente insuficientes.

Acerca do orçamento-programa e dos tipos de créditos orçamentários, julgue os itens seguintes.

- 75** Um dos desafios do orçamento-programa é a definição dos produtos finais de um programa de trabalho. Certas atividades têm resultados intangíveis e que, particularmente na administração pública, não se prestam à medição, em termos quantitativos.
- 76** Suponha que, pouco antes do final do exercício, seja necessário abrir um crédito adicional em um ente que apresentou os seguintes dados:
- a receita arrecadada ficou R\$ 500.000,00 inferior à prevista, mas R\$ 250.000,00 superior à despesa realizada;
 - foram abertos R\$ 120.000,00 em créditos extraordinários mediante cancelamento de dotações;
 - foram reabertos R\$ 135.000,00 de créditos adicionais não utilizados no exercício anterior;
 - o superávit financeiro do balanço patrimonial do exercício anterior foi de R\$ 245.000,00.
- Nessas condições, é correto concluir que seria possível abrir crédito suplementar ou especial de até R\$ 110.000,00.
- 77** A única hipótese de autorização para abertura de créditos ilimitados decorre de delegação feita pelo Congresso Nacional ao presidente da República, sob a forma de resolução, que fixará prazo para essa delegação.

A respeito da descentralização orçamentária e dos convênios e contratos de repasse, julgue os itens subsequentes.

- 78** Os convênios celebrados por órgãos e entidades da administração federal com entidades privadas com fins lucrativos, envolvendo transferência de recursos do orçamento geral da União, com duração plurianual, consignarão o crédito correspondente a todo o período e o empenho relativo apenas ao exercício em curso.
- 79** Nos convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, pode-se adotar o chamamento público, visando à seleção dos projetos ou entidades. Essa providência está associada à publicidade, que é um dos princípios da administração pública e, em particular, da licitação.
- 80** As transferências voluntárias da União para entes federados têm sido disciplinadas pelas leis de diretrizes orçamentárias. Nesse sentido, a contrapartida necessária é estabelecida com base em vários critérios, entre os quais, no caso dos municípios, a sua população, de tal modo que, quanto menor a população, maior deverá ser o percentual da contrapartida sobre o valor pleiteado, exigida do município.

Carlos, que possui R\$ 3.000,00 investidos em uma aplicação financeira que paga juros compostos de 2% ao mês, resolveu comprar um eletrodoméstico cujo preço anunciado também é de R\$ 3.000,00, que podem ser pagos de acordo com os seguintes planos de pagamento:

- I à vista, com desconto de 2,5% sobre o preço anunciado do bem;
- II em duas prestações mensais iguais e consecutivas, sem desconto sobre o preço anunciado do bem, com a primeira prestação vencendo um mês após a compra;
- III em três prestações mensais iguais e consecutivas, sem desconto sobre o preço anunciado do bem, com a primeira prestação vencendo no ato da compra.

Carlos pagará o eletrodoméstico com o dinheiro investido na aplicação financeira, e o dinheiro não utilizado para pagamento permanecerá investido. Além disso, a taxa de juros compostos mensais que incidirá sobre os valores das prestações do eletrodoméstico também será de 2%.

Tendo como base essas informações e tomando 0,98 e 0,96 como os valores aproximados de $1,02^{-1}$ e $1,02^{-2}$, respectivamente, julgue os itens a seguir.

- 81** O plano de pagamento financeiramente mais vantajoso para Carlos é o I.
- 82** O plano de pagamento financeiramente menos vantajoso para Carlos é o II.
- 83** Se optar pelo plano de pagamento III, Carlos usará do capital investido uma quantia inferior a R\$ 2.950,00.

Considere que uma instituição financeira ofereça as seguintes opções de empréstimo:

- I R\$ 40.000,00 – a serem pagos após um mês da contratação do empréstimo em uma parcela de R\$ 40.600,00;
- II R\$ 20.000,00 – a serem pagos em duas parcelas mensais e iguais, a primeira vencendo 1 mês após a contratação do empréstimo, a uma taxa interna de retorno de 2%.

Com base nessas informações e tomando 0,98 e 0,96 como valores aproximados de $1,02^{-1}$ e $1,02^{-2}$, respectivamente, julgue os itens que se seguem.

- 84** Na opção I, a taxa interna de retorno é superior a 1,6%.
- 85** Na opção II, a prestação mensal é inferior a R\$ 10.400,00.

Tomando 1,03 como valor aproximado para $1,34^{0,1}$, julgue os itens subsequentes, relativos a cálculo de juros.

- 86** Se um capital de R\$ 10.000,00 for aplicado pelo período de 1 ano à taxa de juros simples de 6% ao mês, então, ao término desse período, o montante existente nessa aplicação será superior a R\$ 17.400,00.
- 87** Considere a seguinte situação hipotética. No banco A, se o capital de R\$ 5.000,00 for aplicado por determinado número de meses no regime de juros simples com taxa de 3,4% ao mês, ele fornecerá um rendimento de R\$ 1.700,00 ao final do período da aplicação. No banco B, se esse mesmo capital for aplicado no regime de juros compostos mensais pelo mesmo número de meses, ele fornecerá o mesmo rendimento ao final do período da aplicação. Nessa situação, a taxa de juros compostos da aplicação oferecida pelo banco B é inferior a 2% ao mês.

RASCUNHO

Uma dívida foi paga em 10 prestações mensais consecutivas, tendo a primeira prestação sido paga um mês após a contratação da dívida. O credor cobrou uma taxa de juros compostos mensais de 7% e a prestação paga mensalmente foi de R\$ 1.000,00. Nessa situação, tomando 0,51 como valor aproximado de $1,07^{-10}$, julgue o item abaixo.

88 A dívida em questão era superior a R\$ 6.800,00.

Em 3/7/2006, a dívida da empresa Alfa com a companhia de águas e esgotos de certo município, que era de R\$ 4.000,00, foi congelada por força de decisão judicial. Em 3/7/2009, foi decidido que a empresa Alfa deveria pagar a dívida, sendo que, no período em que a dívida ficou congelada, foi apurada uma taxa de inflação de 25%. Para o cálculo do valor atual da dívida, além da taxa de inflação do período, a companhia de águas e esgotos foi autorizada a cobrar uma taxa real de juros.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

89 Se a taxa real de juros cobrada pela companhia de águas e esgotos no ato do pagamento da dívida, referente a todo o período em que a dívida ficou congelada, for de 20%, o valor atual da dívida será inferior a R\$ 6.100,00.

90 Se o valor atual da dívida da empresa Alfa foi calculado como sendo igual a R\$ 6.150,00, então a companhia de águas e esgotos cobrou uma taxa real de juros superior à taxa de inflação.

Para a análise de processos relativos a arrecadação e aplicação de recursos de certo órgão público, foram destacados os analistas Alberto, Bruno e Carlos. Sabe-se que Alberto recebeu a processos para análise, Bruno recebeu b processos e Carlos recebeu c processos, sendo que $a \times b \times c = 30$. Nessa situação, considere as proposições seguintes.

P: A quantidade de processos que cada analista recebeu é menor ou igual a 5;

Q: $a + b + c = 10$;

R: Um analista recebeu mais que 8 processos e os outros 2 receberam, juntos, um total de 4 processos;

S: Algum analista recebeu apenas 2 processos.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

91 $P \rightarrow Q$ é sempre verdadeira.

92 Se R é verdadeira, então S é falsa.

93 A proposição $\neg Q$ é equivalente à proposição seguinte: Pelo menos um analista recebeu apenas um processo.

As cidades Alfa e Beta estão com suas contas de obras sob análise. Sabe-se que algumas dessas obras são de responsabilidade mútua das duas cidades e que a quantidade total de obras cujas contas estão sob análise é 28. Por outro lado, somando-se a quantidade total de obras sob a responsabilidade da cidade Alfa com a quantidade total de obras sob a responsabilidade da cidade Beta — incluindo-se nessas quantidades as obras que estão sob responsabilidade mútua —, obtém-se um total de 37 obras.

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 94** É verdadeira a seguinte afirmação: A quantidade de obras de responsabilidade mútua cujas contas estão sob análise é superior a 10.
- 95** É falsa a seguinte proposição: Se a cidade Alfa tem 17 obras sob sua responsabilidade cujas contas estão sob análise, então a quantidade de obras de responsabilidade exclusiva da cidade Beta cujas contas estão sob análise é inferior a 12.

Uma instituição realizou levantamento com vistas a comparar os valores de dez diferentes tipos de itens de consumo. Para cada item i ($i = 1, 2, \dots, 10$), foi registrado um par de valores (x_i, y_i) , em que x_i representa o valor do item i estabelecido pela empresa A , e y_i representa o valor desse mesmo item fornecido pela empresa B . Os seguintes resultados foram encontrados:

$$\sum_{i=1}^{10} (x_i + y_i) = 130; \quad \sum_{i=1}^{10} (x_i - y_i) = 10;$$

$$\sum_{i=1}^{10} (x_i + y_i)^2 = 1.790; \quad \sum_{i=1}^{10} (x_i - y_i)^2 = 26.$$

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 96** A média amostral dos valores x_1, x_2, \dots, x_{10} é 13% maior do que a média amostral dos valores y_1, y_2, \dots, y_{10} .
- 97** A variância da distribuição das diferenças $y_i - x_i$ é maior que 1,5 e menor que 1,9.
- 98** A média aritmética da distribuição $x_1 \times y_1, x_2 \times y_2, \dots, x_{10} \times y_{10}$ é maior que 43.
- 99** A média harmônica dos valores x_1, x_2, \dots, x_{10} é menor que 8.
- 100** Se V_A for a variância amostral dos valores x_1, x_2, \dots, x_{10} e V_B for a variância amostral dos valores y_1, y_2, \dots, y_{10} , então a soma $V_A + V_B$ será maior do que 7.

PROVA DISCURSIVA P₃

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA P₃**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito no espaço correspondente do **caderno de textos definitivos**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

QUESTÃO 1

Em maio de 2009, pela primeira vez em sua história, a universidade pública X foi contratada pela universidade particular Y para realizar o vestibular em benefício da contratante. Todos os custos foram pagos diretamente pela universidade privada, ficando a cargo da universidade pública X apenas a administração do empreendimento e a alocação de pessoal para realizar todo o processo. Em face da prestação do referido serviço, a universidade pública auferiu da contratante uma receita de prestação de serviços que não estava prevista na lei orçamentária federal.

Diante dessa situação hipotética, discorra, de modo fundamentado, se a receita auferida pela universidade pública X é orçamentária ou extraorçamentária e esclareça, também de modo fundamentado, sob que tipo de classificação essa receita deveria ser contabilizada.

RASCUNHO – QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

QUESTÃO 2

Em determinado edital de licitação destinado à contratação de empreiteira, o órgão licitante:

- exigiu que os interessados possuíssem, em seu quadro de pessoal, na data prevista para a entrega da proposta, engenheiro que tivesse atestado de responsabilidade técnica por obra igual;
- dispensou a comprovação de responsabilidade técnica relativa às peculiaridades de menor relevância.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, responda, de modo fundamentado, se a exigência e a dispensa, na forma descrita, configuram ilegalidades que afrontem o princípio da livre concorrência (ou isonomia).

RASCUNHO – QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

